

A importância da educação ambiental no processo de construção e execução de projeto político pedagógico em escolas municipais de Princesa Isabel – PB



Elayne Bernardino de Sousa^[1], Marco Antonio de Almeida Llarena^[2]

[1]elaynesousa_IFPB@hotmail.com, [2]maallarena@hotmail.com.. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Câmpus Princesa Isabel

RESUMO

A preocupação com a Educação Ambiental (EA) tem incentivado diversos estudiosos de diferentes áreas a contemplarem esse tema e a desenvolverem novas perspectivas sobre ele. Muitos autores a relacionava somente com a preservação e ações conservacionistas do meio ambiente, mas sua dimensão vai além, a exemplo da própria interação entre os sujeitos como uma dessas propostas. Nesse sentido, este artigo é resultado de um projeto do programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT). O objetivo deste trabalho é identificar a importância da EA no processo de construção e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas municipais de Princesa Isabel – PB. A metodologia se fez por meio de entrevistas e aplicação de questionários, além de análise documental do PPP existente, do regimento escolar, do plano de desenvolvimento da escola, do projeto Selo Verde na Escola: pensar, sentir e agir e do Projeto COM-VIDA. Ademais, as observações/conversas informais durante os contatos com a escola e seus atores sociais também foram valorizadas. Os resultados da pesquisa mostraram que as escolas municipais urbanas de Princesa Isabel ainda estão atreladas a uma visão reducionista da temática ambiental, pois não conseguem, ainda, identificar a EA como um processo amplo, em que a relação sociedade/natureza está presente, tendo muitas vezes a percepção de conscientização à preservação ao meio ambiente, mas não priorizam as interações entre os sujeitos e destes com o meio por meio de atividades cotidianas.

Palavras Chave: Educação Ambiental. Projeto Político Pedagógico. Princesa Isabel – PB.

ABSTRACT

Concern for Environmental Education (EE) has provided that many scholars from different fields to explore the topic and to develop new perspectives on it. Many authors have related only to the preservation and conservation actions for the environment, but its size goes beyond - can highlight the very interaction between the subjects as one of those proposals. This article is the result of a project of the Graduate Course in Management Initiation Scientific and Technological Program (ISTP). The objective of this work is to identify the importance of EE in the construction and implementation of the Political Pedagogical Project (PPP) in the public schools of Princesa Isabel - PB process. The methodology is made through interviews and questionnaires, and document analysis (existing PPP, school regulations, school development plan, Green Seal project in school: thinking, feeling and acting, design - WITH LIFE), observations / informal conversations (during the first contacts with the school). The results showed that urban public schools in Princesa Isabel, are still tied to a reductionist view, it still can not identify the Environmental Education as a broad process, where the relationship society / nature is present, having often perception awareness to preserving the environment, forgetting the interactions between subjects.

Keywords: Environmental Education. Political Pedagogical Project. Princesa Isabel – PB.

1 Introdução

O presente artigo é resultado de um projeto do programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) de graduação e aborda a importância da Educação Ambiental (EA) no processo de construção e execução do Projeto Político-Pedagógico (PPP) nas escolas municipais de Princesa Isabel – PB.

A cidade de Princesa Isabel (Figura 1) está situada a 419 km da capital do estado da Paraíba, João Pessoa (7° 44' 13" sul, 37° 59' 34" oeste, a 680 m acima do nível do mar). Localizada na Mesorregião da Serra do Teixeira, com clima semiárido, quente e seco, a cidade apresenta uma área urbana de 374,1 km². Sua população corresponde a 21.282 habitantes, de acordo com dados do censo IBGE, em 2010.

Figura 1 – Figura de localização do município de Princesa Isabel, no estado da Paraíba



Fonte: CPRM, 2005

Apesar de existirem sete escolas municipais no perímetro urbano e dezoito no perímetro rural do município estudado, a meta do projeto abrangeu as escolas 1) E.M.E.F. Carlos Alberto Duarte Sobreira, na Rua Alexandre Antônio Medeiros Duarte Sobreira, s/n, Bairro Maia e 2) E.M.E.F. Nossa Senhora do Rosário, na Rua da Saudade s/n, Bairro da Saudade, pois ambas têm como público-alvo discentes do Ensino Fundamental I e II e são localizadas no perímetro urbano, espaço geográfico em que a temática ambiental tem sido muito discutida nas últimas décadas, em decorrência das expansões urbanas desordenadas e consequentes aumentos de problemas ambientais urbanos.

A preocupação com a EA tem incentivado diversos estudiosos de diferentes áreas a explorarem esse tema e a desenvolverem perspectivas jamais pensadas sobre ele. Muitos autores a relacionavam somente com a preservação e ações conservacionistas do meio ambiente, mas sua dimensão vai além – podendo destacar a própria interação entre os sujeitos como uma dessas propostas.

Foi nessa perspectiva que, em paralelo ao andamento dos trabalhos teóricos da disciplina Estratégias de Educação Ambiental, foi elaborada e executada, no primeiro período de 2012, uma atividade prática de EA numa escola municipal selecionada, intitulada Projeto Educar para o Futuro: Estratégia de Educação Ambiental na Escola Municipal Professor Carlos Alberto Medeiros Duarte Sobreira – Princesa Isabel – PB, popularmente conhecida como Escola Municipal Carlos Alberto (EMCA), envolvendo os 11 discentes (entre eles os pesquisadores deste projeto) da turma 2010.1 do Instituto Federal da Paraíba, Câmpus Princesa Isabel. O critério adotado para a escolha da unidade escolar a ser pesquisada foi a proximidade entre ela, o câmpus do IFPB e as residências dos pesquisadores.

Inicialmente, dialogou-se com as coordenadoras e a diretora adjunta da instituição no intuito de saber se o PPP daquela unidade escolar contemplava a EA por meio de atividades e/ou de projetos voltados para uma consciência ambiental dos atores sociais envolvidos. A resposta negativa nos direcionou a identificar algum problema a partir do qual pudéssemos diagnosticar e praticar intervenções pedagógicas no sentido de mitigá-lo por meio de estratégias de EA via parceria Escola Municipal – Instituto Federal. Nessas reuniões, fazendo uso de perguntas pré-elaboradas, identificamos que um problema existente no ambiente da instituição de ensino selecionada era o desperdício de água, que já haviam tentado solucionar, porém sem sucesso.

A elaboração e análise dos relatórios de trabalho realizados na EMCA nos direcionaram a formulação do seguinte problema para a presente pesquisa: *como é realizada a vivência da proposta de EA diante da construção e execução do PPP nas escolas municipais do município de Princesa Isabel – PB?*

Cabe salientar a relevância das temáticas citadas acima para a presente pesquisa, pois consideramos as reflexões sobre o PPP e a EA como algo indissociável, fazendo-se presente constantemente na escola,

espaço cuja produtividade significativa é resultante trabalho coletivo dos seus atores.

Por conseguinte, o citado problema gerou as seguintes questões, que se procurou responder através da pesquisa: de que forma o PPP pode contribuir para a escola trabalhar as questões ambientais no seu cotidiano? Os atores do âmbito escolar reconhecem em suas práticas a presença da EA? Como contemplar a EA no PPP da escola na perspectiva de romper com as práticas pontuais, fragmentadas e desarticuladas (campanhas, dias comemorativos, etc.)? No âmbito escolar, a EA é relacionada com o trabalho coletivo? Existe uma referência comum para a rede pública municipal em relação ao trabalho de EA?

2 Educação ambiental e projeto político pedagógico: algumas considerações

Sabe-se que cada unidade de ensino possui suas próprias características e que um PPP de certa unidade escolar pode não apresentar resultado em outra, tendo em vista que há peculiaridades municipais, regionais e estaduais a serem observadas.

Nesse sentido, destaca-se ainda que as velocidades na produção e no uso do conhecimento estão exigindo uma profunda reformulação no processo de ensinar e aprender. A cada período é exigida uma melhor qualificação do corpo docente, bem como sua sintonia com o discente, além da emergente e necessária qualificação tecnológica.

Ao se construir os projetos de escolas, sejam elas públicas ou privadas, planeja-se o que se tem intenção de fazer, de realizar. Com base nesse contexto, os profissionais envolvidos no processo lançam-se buscando o possível. Nas palavras Veiga (2002 *apud* GADOTTI, 1994, p. 579):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Nos dias atuais, seja qual for o setor da sociedade, a necessidade de se pensar em sustentabilidade é emergente. A sociedade necessita buscar o progresso sem destruir a herança das futuras gerações. Por esse motivo, a EA tem sua importância apresentada como a luz que a geração do século XXI necessita.

Para Cunha e Guerra (2009 *apud* GIDDENS, 2000, p. 73):

a Sociedade moderna ou civilização industrial “está associada: a) a um conjunto de atitudes perante o mundo, como a ideia de que o mundo é passível de transformação pela intervenção humana; b) a um complexo de instituições econômicas, em especial a produção industrial e a economia de mercado; c) a toda uma gama de instituições políticas, como o Estado nacional e a democracia de massa.”

Morin (1997, p 120) afirma que

nossa educação nos ensinou a separar e a isolar as coisas. Separamos os objetos de seus contextos, separamos a realidade em disciplinas compartimentadas uma das outras. Mas como a realidade é feita de laços e interações, nosso conhecimento é incapaz de perceber o complexus – o tecido que junta o todo.

Portanto, pensar em EA e em PPP é recorrer a interdisciplinaridade e, por que não dizer, transdisciplinaridade. Para isso, Cunha e Guerra (2009, p. 99) afirmam que

sendo o meio ambiente e sua problemática os conteúdos básicos da Educação Ambiental, é que se apresenta a interdisciplinaridade como um dos tratamentos adequados ao seu processo pedagógico. A interdisciplinaridade, como sendo a construção de um conhecimento complexo, busca superar a disciplinaridade e se aproximar mais adequadamente de uma realidade complexa.

No entanto, os autores continuam a sua opinião a partir de outra visão com o mesmo sentido, ou seja, “Conhecer é sempre poder rejeitar uma informação ao seu contexto e ao conjunto ao qual pertence (Morin, 1997, p 120).

3 Projeto político pedagógico e a LDB

Um conjunto de normas e leis estabelece a eficiência e, sobretudo, a importância do PPP para as unidades escolares e para sociedade civil.

Sendo o Brasil um país que tem atrelados a sua história a exploração e o impacto ambiental, a Constituição Federal brasileira de 1988, estabelece em seu art. 225 que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações”.

A legislação brasileira é riquíssima e nossa Constituição é uma das mais completas do mundo e abrange todos os setores e segmentos da nossa sociedade; portanto a visão geral a respeito da Educação fica clara no art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, art. 1º - “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Essa mesma Lei ainda confere à instituição escolar a autonomia para que o PPP aconteça. Isto é assegurado no art. 15, Título IV: “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observada às normas gerais de direito financeiro público”.

A Lei 9.795/99 institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e, em seu art. 1º enfatiza, que:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Essa mesma lei complementa sua ideia inicial no seu art. 2º – A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal – e no art. 4º, quando cita quais os princípios básicos da Educação Ambiental, como destacado a seguir, para fim de contextualização, análise e reflexão: I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

A formalização do PPP da escola assume aí um importante papel ao sugerir como o momento do registro e do “re-ver” para entender o nosso ofício e, através desta reflexão/estudo, nos tornamos professores capazes de interferir criativamente na elaboração do nosso trabalho.

4 Metodologia

A coleta de dados nas escolas aconteceu através de análise documental (PPP, Regimento Escolar, Plano de Desenvolvimento da Escola, Projeto Selo Verde na Escola: pensar, sentir e agir, Projeto COM-VIDA), observações/conversas informais (durante os primeiros contatos com a escola e na aplicação do questionário) e aplicação de questionário com questões abertas e fechadas aos sujeitos desta pesquisa, um grupo de informantes. Todos os profissionais apresentaram prioritariamente qualificação adequada para sua área de atuação na escola. A pesquisa caracterizou-se como de cunho qualitativo do tipo estudo de caso. A organização e a coleta de dados foram de forma descritiva, usando os dados que caracterizaram os pesquisados para que sejam relevantes na contextualização e compreensão dos fatos. Aqui entra a importância de o pesquisador ser capaz de abstrair, de relacionar e fazer inferências partindo

do que ouvirá, de observar o que ficar implícito nas respostas dos informantes.

5 Resultados e Discussões

Neste tópico, apresentamos as atividades e ações observadas e vivenciadas ao longo da pesquisa, destacando tanto seus aspectos positivos quanto as dificuldades e desafios enfrentados.

A construção do PPP não é uma ação simples. Implica diversos enfrentamentos pessoais e coletivos, sendo fundamental, para o sucesso do processo, uma equipe articuladora forte e embasada teoricamente, mas que não se considere detentora/dona do saber. Daí a necessária atividade de acompanhamento e/ou assessoria desta equipe de pesquisa do IFPB como instituição, para agregar valor no sentido da contemplação e prática do PPP como realidade para um eficiente processo de ensino e aprendizagem. Fato este já em processo de amadurecimento relacional, cujo resultado é manifestado por meio deste trabalho.

Foi diagnosticado que na Escola Carlos Alberto não existiu PPP do ano letivo de 2012, diferente da Escola Nossa Senhora do Rosário, que além de possuir, também o executou contemplando EA. No entanto, ambas desenvolveram PPP do ano letivo de 2013.

De acordo com Gadotti (2000), alguns obstáculos e limites podem ser encontrados ao longo do processo como, por exemplo:

- nossa pouca experiência democrática;
- a mentalidade que atribui aos técnicos (e apenas a esses) a capacidade de governar e considera que o povo é incapaz de exercer poder;
- a própria estrutura verticalizada de nossos sistemas educacionais;
- o autoritarismo que, historicamente, tem impregnado nosso ethos educacional ao tipo de liderança que tradicionalmente domina a atividade política no campo educacional.

No entanto, o referido autor dá a receita para enfrentar essas dificuldades:

- o desenvolvimento de uma consciência crítica;
- o envolvimento das pessoas – comunidade interna e externa à escola;
- participação e cooperação das várias esferas do governo;
- autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto.

Figura 2 – Estrutura para construção do Projeto Político Pedagógico



Fonte: UFBA

Durante o ano de 2013 as escolas pesquisadas tiveram como meta principal a EA. Estas ações ficaram registradas em dois documentos: o PPP e PDE Interativo (Projeto Político-Pedagógico e Plano de Desenvolvimento Escolar), de suma importância para a administração da Unidade Escolar, para as futuras gestões e para o MEC.

Dentro dessa visão, um exemplo a ser mencionado é o projeto Água um bem precioso: Regando ideias sustentáveis na Escola, que promove a Educação Ambiental na prática, conscientizando os alunos através de tópicos como consumo, desperdício e poluição.

No entanto, se acreditamos que a escola deve formar cidadãos, ou seja, pessoas que participem das decisões sobre o destino da sociedade, é importante que o professor, como cidadão, e a escola, como instituição educativa, realizem algum tipo de ação em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida da população.

Figura 3 – Visita dos alunos do Carlos Alberto ao Açude Jatobá, principal fonte de abastecimento da cidade.



Fonte: Arquivo das Escolas Pesquisadas, 2013

Figura 4 – Alunos observando a placa com a descrição da fundação do Açude Jatobá



Fonte: Arquivo das Escolas Pesquisadas, 2013

No ano de 2013, as escolas pesquisadas tiveram a preocupação de ampliar os conteúdos curriculares e, para que os alunos os aprendessem, a equipe pedagógica utilizou-se de reuniões com os pais; nesse caso a inovação foi da parte dos discentes que tiveram de defender suas ideias e projetos. Um segundo momento foi a Conferência Infanto-juvenil realizada nas escolas.

Figura 5 – Conferência Infantojuvenil, Apresentação Teatral



Fonte: Arquivo das Escolas Pesquisadas, 2013.

A Conferência Infanto-juvenil fortaleceu a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - COM-VIDA. Esta, tendo como tema “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”, acontece em quatro etapas: local (na escola), regional, estadual e nacional.

Figura 6 – O aluno Marbson Goulart, defendendo seu projeto para a Sociedade



Fonte: Arquivo das Escolas Pesquisadas, 2013

A escola pode servir de canal para a distribuição de informações úteis à preservação e conservação do meio ambiente, ou seja, uma rotina de pequenas atitudes é um bom começo.

6 Considerações Finais

Através do presente trabalho, pôde-se identificar que as escolas da cidade de Princesa Isabel, no âmbito municipal, ainda estão atreladas a uma visão reducionista, pois não conseguem, ainda, identificar a EA como um processo amplo, em que a relação sociedade/natureza está presente, tendo muitas vezes a percepção de conscientização à preservação ao meio ambiente, esquecendo as interações entre os sujeitos. Daí se explica o problema das instituições fazerem apenas algumas atividades passageiras ou miniprojetos que pouco deixam de concreto na sociedade.

A importância do projeto político-pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola, bem como:

Estabelece diretrizes básicas de organização e funcionamento da escola, integradas às normas comuns do sistema nacional e da rede estadual;

Define o conteúdo do trabalho escolar, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para ensino, os PCNs, os princípios orientadores da Secretaria de Educação, a realidade da escola e as características do cidadão que se quer formar;

Define coletivamente objetivos e metas comuns à escola como um todo;

Possibilita ao coletivo escolar a tomada de consciência dos principais problemas da escola e das pos-

sibilidades de solução, definindo as responsabilidades coletivas e pessoais.

Por fim, percebemos que a construção do PPP não é uma ação simples. Implica diversos enfrentamentos pessoais e coletivos, sendo fundamental para o sucesso do processo uma equipe articuladora forte e embasada teoricamente, mas que não se considere detentora/dona do saber. Daí, a importância de acompanhamento e/ou assessoria desta equipe de pesquisa do IFPB como instituição, para agregar valor no sentido da contemplação e prática do PPP como realidade para um eficiente processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: nov. 2010.

_____. **Agenda 21**. Ministério do Meio Ambiente, 1992. Disponível em: <www.mma.gov.br/agenda21>. Acesso em: nov. 2010.

_____. Lei 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. 6. ed. Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

_____. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental - Introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação fundamental**. Brasília: MEC/ SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/parametros-curriculares-nacionais-50-a-80-series>>. Acesso em: jan. 2011.

_____. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Temas transversais/ Meio ambiente/ Secretaria de Educação fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/parametros-curriculares-nacionais-50-a-80-series>>. Acesso em: jan. 2011.

_____. Lei 9.975/99. **Educação e consciência ambiental**. Brasília: Senado Federal -subsecretaria de edições técnicas, 2008 (coleção ambiental v.9).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando COM-VIDA: Comissão de Meio ambiente e Qualidade de Vida na escola**

- construindo a agenda 21 na escola/Ministério da Educação, Ministério de Meio ambiente. 2. ed. Revisada e ampliada. Brasília: MEC, 2007.

_____. Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de educação Ambiental e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: ago. 2013.

CUNHA, S. B. da.; GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 2010. 250 p.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

GADOTTI, Moacir. **Projeto Político Pedagógico da Escola: fundamentos para sua realização**, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolé**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.

UFBA. **Formação de Gestores em Projeto Político Pedagógico da Escola**. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=10200>>. Acesso em: maio 2013.